

DECLARAÇÃO DE HOMONÍMIA

Nos termos do Decreto nº 85.708, de 10 de fevereiro de 1981, ANTONIO CARLOS PEREIRA SILVA, filho de RAIMUNDA PEREIRA DA SILVA e de ANTONIO BATISTA DA SILVA, nascido em 31 de Março de 1971, na cidade de Senador Pompeu, Estado do Ceará, portador da do RG de Nº ██████████ SSP-SP, profissional de TI.

DECLARO QUE NÃO SE REFERE(M) A MINHA PESSOA, E SIM A HOMÔNIMO, o (s) fato (s) ou informação(ões) a seguir caracterizado(s): *(caracterizar com clareza o fato ou informação a respeito dos quais se pretenda esclarecer a homonímia, indicando o registro em que se acham consignados).*

Foro Central Criminal d Barra Funda – DIPO 3 –Seção 3.2.3. Inquerido Policial: 1528592+63.2019.8.26.0050 Data: 18/11/2020. Autor Justiça Pública.

CANANEIA

Foro de Cananéia - Vara Única. Procedimento Especial da Lei Antitóxicos: 0000789-63.2005.8.26.0118 (0000789-63.2005.8.26.0118). Data: 25/01/2005. Reqte: Justiça Pública.

CÂNDIDO MOTA

Foro de Cândido Mota - 2ª Vara. Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo: 0006613-65.2003.8.26.0120 (0006613-65.2003.8.26.0120). Data: 11/04/2003. Reqte: Justiça Pública.

CERQUILHO

Foro de Cerquilha - Vara Única. Crime de Estelionato e Outras Fraudes (arts. 171 a 179,CP):0001322-62.2005.8.26.0137 (0001322-62.2005.8.26.0137). Data: 04/02/2005. Reqte: Justiça Pública.

MAUÁ

Foro de Mauá - 2ª Vara Criminal. Crime Violência Dom.e Familiar Contra Mulher(Lei 11.340/06): 0012200-87.2008.8.26.0348 (0012200-87.2008.8.26.0348). Data: 10/07/2008.

OSASCO

Foro de Osasco - 1ª Vara Criminal. Outros Feitos não Especificados: 0001082-74.2007.8.26.0405 (0001082-74.2007.8.26.0405). Data: 10/01/2007.

Foro de Osasco - 1ª Vara Criminal. Ação Penal - Procedimento Sumário: 0005003-41.2007.8.26.0405 (0005003-41.2007.8.26.0405). Data: 12/02/2007.

SÃO CAETANO DO SUL

Foro de São Caetano do Sul - 2ª Vara Criminal e de Crimes contra a Vida. Ação Penal Procedimento Sumaríssimo: 0011137-41.1997.8.26.0565 (0011137-41.1997.8.26.0565). Data: 03/03/1997. Reqte: Justiça Pública.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Foro de São José do Rio Preto - 1ª Vara Criminal. Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo: 0036027-69.2001.8.26.0576 (0036027-69.2001.8.26.0576). Data: 11/06/2026 24/11/2001. Reqte: Justiça Pública.

Foro de São José do Rio Preto - Vara do Juri e do Juizado Especial Criminal. Ação Penal Procedimento Sumaríssimo: 0036937-91.2004.8.26.0576 (0036937-91.2004.8.26.0576). Data: 11/05/2004. Reqte: Justiça Pública.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Foro de São José dos Campos - Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Inquérito Policial: 1501278-45.2021.8.26.0577. Data: 17/03/2021. Autor: Justiça Pública.

A presente declaração é feita sob as penas da lei, ciente, portanto, o declarante de que, em caso de falsidade, ficará sujeito às sanções previstas no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis.

São Paulo, 22 de junho de 2026.

ANTONIO CARLOS PEREIRA SILVA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar
Departamento de Documentação e Informação

Lei Nº 4.127, de 4 de julho de 1984

Simplifica, no âmbito da Administração Direta e Indireta, a comprovação de homonímia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Qualquer pessoal física poderá comprovar a ocorrência de homonímia com relação a fatos e informações constantes de registros ou assentamentos feitos ou mantidos por pessoas de direito privado ou público, inclusive órgãos e serviços dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, federais, estaduais ou municipais, mediante declaração firmada perante o órgão ou entidade da Administração Estadual direta ou indireta em que deva produzir efeitos.

§1.º - Da declaração constarão, obrigatoriamente, a nacionalidade, filiação, estado civil,

naturalidade, profissão, endereço completo e o documento oficial de identificação do respectivo número e órgão expedidor, bem como a descrição sucinta do fato ou informação em relação ao qual pretende provar a ocorrência de homonímia.

§2.º - Havendo fundadas razões de dúvida quanto à identidade do declarante ou à veracidade da declaração, serão desde logo solicitadas aos interessados providências, a fim de que a dúvida seja dirimida.

Artigo 2º - A declaração a que se refere o artigo anterior é suficiente para provar a ocorrência de homonímia perante o órgão ou entidade em que foi prestada, reputando - se verdadeira até prova em contrário.

Artigo 3º - A declaração falsa sujeitará o declarante às sanções previstas no Código Penal e demais comunicações legais aplicáveis.

Parágrafo único - Verificada, a qualquer tempo, a existência de fraude ou falsidade na declaração, o órgão ou entidade dará conhecimento do fato à autoridade competente, dentro de 5 (cinco) dias, para instauração do competente processo criminal.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 4 de julho de 1984.

FRANCO MONTORO

José Carlos Dias, Secretário da Justiça

Franco Baruselli, Secretário Extraordinário de Descentralização e Participação

Roberto Gusmão, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico - Legislativa, aos 4 de julho de 1984.



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

Decreto nº 85.708, de 10 de fevereiro de 1981.

Simplifica, no âmbito da Administração Federal, a comprovação de homonímia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o Decreto nº 83.740, de 18 de julho de 1979, que instituiu o Programa Nacional de Desburocratização,

DECRETA:

Art. 1º - A prova de homonímia, perante os órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta, bem como as fundações criadas ou mantidas pela União, obedecerá ao disposto neste Decreto.

Art. 2º - Qualquer pessoa física poderá comprovar a ocorrência de homonímia, com relação a fatos e informações constantes de registros ou assentamentos feitos ou mantidos por pessoas de direito privado ou público, inclusive órgãos e serviços do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário - Federal, Estadual ou Municipal - mediante declaração firmada perante o órgão ou entidade da Administração Federal em que deva produzir efeitos.

§ 1º Da declaração constarão, obrigatoriamente, a nacionalidade, a filiação, o estado civil, a naturalidade, a profissão, o endereço completo e o documento oficiais de identificação, com indicação do respectivo número e órgão expedidor, bem como a descrição sucinta do fato ou informação com relação ao qual se pretende comprovar a ocorrência de homonímia, conforme modelo anexo.

§ 2º Havendo fundadas razões de dúvida quanto à identidade do declarante ou à veracidade da declaração, serão desde logo solicitadas ao interessado providências, a fim de que a dúvida seja dirimida.

§ 3º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, a autoridade zelará para que as providências solicitadas não resultem desnecessariamente onerosas para o interessado.

Art. 3º A declaração, feita nos termos do artigo anterior, será suficiente para comprovar a ocorrência homonímia perante o órgão ou entidade em que foi prestada, reputando-se verdadeira até prova em contrário.

§ 1º - A falsa declaração sujeitará o declarante às sanções previstas no código Penal e demais cominações legais aplicáveis.

§ 2º Verificada, a qualquer tempo, a existência de fraude ou falsidade na declaração, deverá o órgão ou entidade dar conhecimento do fato à autoridade competente, dentro de 5 (cinco) dias, para instauração de processo criminal.

Art. 4º O Banco Central do Brasil, o Banco Nacional da Habitação, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e demais entidades oficiais de crédito do Governo Federal instituirão seus agentes e instituições financeiras públicas e privadas, sujeitas à sua orientação e fiscalização, no sentido de que adotem, em suas operações, o procedimento de comprovação de ocorrência de homonímia estabelecido neste Decreto, com adaptações cabíveis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplicar-se-á, também, às entidades privadas de previdência complementar, cabendo aos órgãos federais competentes expedir as instruções que se fizerem necessárias.

Art. 5º Compete ao Ministro Extraordinário para a Desburocratização dirimir as dúvidas suscitadas na aplicação deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 10 de fevereiro de 1981; 160º da Independência e 93º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Hélio Beltrão